

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Quero, em primeiro lugar, saudar todos os presentes e manifestar o meu desejo e expectativa de que os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por esta Comissão permitam esclarecer toda esta controversa e complexa matéria de forma transparente, objetiva e contextualizada o que considero deveras importante sob pena de se subverter a realidade e de se correr o risco de retirar conclusões incorretas e injustas, perdendo a oportunidade de melhorar práticas.

Esta minha expectativa, tem naturalmente que ver com a exigência Democrática e Ética, tão característica do Ideal Republicano, de não penalizar, culpabilizar e julgar sumariamente na praça pública pessoas que tudo deram e tudo fizeram para defender o interesse e os dinheiros públicos em contexto muito particular de atuação. Atuação esta, quantas vezes, contando exclusivamente com a sua iniciativa, ou a sua determinação na defesa das empresas públicas de que eram responsáveis e na criação de condições operacionais e financeiras que permitissem o cumprimento das suas obrigações estatutárias.

Trata-se, por isso, também, de uma questão de defesa da honra e da nossa dignidade pessoal e profissional. Dezenas de anos de dedicação em exclusividade à causa pública e de resultados sistematicamente positivos, muitos deles de enorme relevância económica, social e financeira para o Estado e para os cidadãos, não podem ser alienados, ou subvertidos, por suspeições sem sentido, por conclusões distorcidas e parcelares, ou por subliminares acusações de uma pretensa gestão menos rigorosa, em matéria como aquela que estamos a tratar nesta audição.

Esta declaração inicial tem um claro propósito de afirmar, junto de V. Exas. que a nossa postura de gestão na empresa ML teve sempre presente, de forma inequívoca, a defesa dos dinheiros e do interesse públicos, não obstante os constrangimentos, enquadramento e relações de força entre protagonistas, sendo certo que a fragilidade da empresa ditou um agravamento progressivo da sua capacidade negocial face aos mercados financeiros e às respetivas exigências, em particular a partir de finais de 2010.

Igualmente, será de relevar que todas as decisões que tomámos sobre IGRF's, ao longo dos cerca de dois anos de mandato que tivemos, foram aprovadas por unanimidade do colectivo do CA, de forma crítica e informada, tendo como base informações técnicas de suporte oriundas da Área Financeira, que eram complementadas com a contribuição adicional de consultoria externa especializada.

Gostaria ainda de esclarecer previamente V. Exas. que nesta minha exposição me concentrarei factualmente na atuação desenvolvida pelo nosso CA, de forma afirmativa e esclarecedora, não emitindo qualquer juízo de valor ou apreciação sobre o trabalho desenvolvido pelos nossos antecessores.

Vejamos, agora, em termos gerais, o enquadramento real que a nossa Gestão encontrou na Empresa e que reflecte, necessariamente, as opções estratégicas de dezenas de anos de políticas públicas sucessivamente legitimadas.

Começaria por me socorrer de um excerto do **Relatório da Comissão de Fiscalização do ML**, relativamente ao **Primeiro Semestre do ano de 2011**, onde se pode ler:

“...na presente situação, e como temos vindo a alertar, a manutenção da responsabilidade dos investimentos na rede pela empresa, actuando por conta do Estado, e do correspondente e respectivo financiamento com recurso sistemático a passivo remunerado, afigura-se insustentável no médio prazo e até no imediato, quer pelos elevados custos do mesmo, quer pela grande dificuldade ou impossibilidade de na actual conjuntura a empresa aceder ao mercado de crédito.

Também, por outro lado, mais uma vez se coloca a necessidade de definição de um modelo claro de compensação da empresa, por parte do Estado, pelos serviços de utilidade pública por esta prestados, em função do custo de tais serviços...”

Repesco, de seguida, um excerto do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas à actividade do ML no período de 2003 a 2007 (**Relatório de Auditoria n.º 07/2010, de fevereiro de 2010**), que diz o seguinte:

“Há mais de sete anos que o Estado mantém por realizar o aumento do Capital Estatutário que o mesmo determinou por Despacho Conjunto, em 13 de Dezembro de 2001, remanescendo por realizar o montante de 30,1 milhões de euros.”

Continua o Relatório:

“Em 2007, o Metropolitano de Lisboa registava um RLE de 144 milhões de euros negativos que, embora revele ligeira melhoria face aos anos anteriores, colocavam a Empresa numa situação grave e preocupante.

Aqueles resultados negativos são produto da manutenção de um nível de financiamento elevado para suportar o défice de exploração e a execução do seu programa de investimentos na expansão da rede, do desequilibrado critério de repartição da receita e dos atrasos verificados no recebimento de apoios devidos pelo Estado.”

E dizia ainda:

“Os indicadores evidenciam a situação económica e financeira deficitária do Metropolitano de Lisboa, com rentabilidade negativa do seu Activo, fortemente dependente dos seus credores e, sobretudo, do endividamento bancário para financiar os seus investimentos em ILD, a sua operação e, ainda, para a amortização de empréstimos vencidos.”

Repesco, por último, um excerto da minha **mensagem constante do Relatório e Contas do ML relativo ao exercício de 2011**. Dizia-se aí o seguinte:

“Como todos temos consciência, nomeadamente pelos reflexos evidenciados no nosso dia-a-dia, o ano de 2011 foi um ano de recessão, ou de redução do crescimento económico, de forma generalizada, se

bem que com maior relevo nos países europeus, sendo que no caso de Portugal a situação se apresentou especialmente gravosa face às fragilidades estruturais acumuladas pelo país, que o deixaram vulnerável à pressão especulativa dos mercados financeiros e que foi amplificada por uma atitude algo peculiar das agências de rating, cujas consequências globais potenciaram a já difícil situação da dívida soberana e as dificuldades das empresas...

Naturalmente que consequência deste enquadramento e da pretensa fragilidade da empresa que as agências foram identificando e agravando, a qual não podemos deixar de considerar induzida (provocada e amplificada), a que teremos de associar a situação nunca resolvida da sua dívida histórica, o ML não ficou incólume e foi penalizado de forma inaceitável. Desde logo pela dificuldade crescente criada na obtenção de crédito e nas elevadas (especulativas) taxas de juro que nos foram propostas para podermos cumprir com as responsabilidades financeiras da empresa."

Atente-se na difícil situação de pressão financeira que tivemos de combater, com uma amplitude já superior àquela que foi detetada em 2007/2008 pelo TC.

Após esta nota introdutória, que não poderia deixar de ser feita para perceber o enquadramento que tivemos de enfrentar e passando à abordagem da matéria específica dos Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro, considero importante clarificar e delimitar, logo à partida, a atuação e responsabilidades do nosso Conselho de Administração no que respeita à gestão da carteira destes instrumentos.

No período de sensivelmente 2 anos em que tivemos responsabilidades de Gestão no ML, mais concretamente de Junho de 2010 a Agosto de 2012, não se realizou qualquer contratação de novas operações de IGRF's;



As ações desenvolvidas na gestão do conjunto de contratos existentes, quando tal foi possível, foram unicamente as necessárias para garantir a redução do risco da carteira, num contexto negocial muito difícil e onde, em situações várias as contrapartes dispunham de condições para exercer cláusulas de vencimento antecipado constantes das operações que se encontravam em curso;

À data da nossa tomada de posse, o portfólio de IGRF's do Metropolitano de Lisboa era composto por 75 contratos (incluindo reestruturações), incidindo sobre um capital nominal de 5.353 M€, e com as características que V. Exas conhecerão do Relatório do IGCP que, verdade seja dita, nós não tivemos o privilégio de conhecer.

O Mark-to-Market da carteira, no final do 1.º Semestre de 2010, era de -371 M€, de acordo com o critério de avaliação seguido pelo consultor externo que procedia a essa avaliação.

Esta carteira incluía, como é sabido:

- Uma significativa diversidade de indexantes;
- Uma parcela importante (20% do n.º de contratos e 21% do capital nominal) de índices proprietários cuja valorização e negociação só poderia ser efetuada com os Bancos que comercializaram essas operações;
- Um volume importante de operações sobrepostas (o capital nominal dos IGRF's era cerca de 148% do valor da dívida financeira), que tornavam qualquer atuação pontual mais complexa;
- Operações com memória e/ou com um *gearing* elevado (multiplicadores que potenciavam o efeito positivo ou negativo das variações dos indexantes) e com uma elevada sensibilidade a determinados patamares de taxa de juro;
- 1/3 dos contractos incluía *triggers* de *rating* ou *ownership*, com cláusulas de vencimento antecipado (aliás, logo em Setembro de 2010 foram ativadas cláusulas de vencimento em 2 contratos).

Este retrato foi transmitido à tutela setorial em agosto de 2010 (aproximadamente 1 mês após a nossa entrada em funções), numa reunião em que foi efetuado um ponto de situação global da empresa, incluindo uma apresentação específica sobre o portfólio de derivados e sobre os riscos já identificados. Nessa mesma reunião e sobre esta matéria foram apresentadas e por nós preconizadas as seguintes linhas de atuação:

- Sempre que houver oportunidade, **reduzir o risco;**
- Sempre que possível **trocar operações que envolvam índices proprietários;**
- **Evitar a tentação de adiar um potencial problema adicionando risco nos cash-flows futuros;**
- **Acompanhar e mensurar de perto as operações que a dada altura representassem maior risco. Fazer testes de sensibilidade à evolução das barreiras destas operações para se ter ideia do potencial impacto de um movimento adverso.**

Estes princípios foram objeto de acordo genérico por parte da Tutela Sectorial e, naturalmente, implementados.

Aqui chegados, será o momento para corrigir uma informação, ou uma ideia, que tem sido veiculada nos Órgãos de Comunicação Social de forma menos correta. Esta correcção prende-se com a necessidade de clarificar a quem pertenceu a iniciativa de promover a caracterização da carteira de derivados da Empresa ML desenvolvida pela Morgan Stanley.

Contrariamente ao que se poderá depreender da leitura de alguma notícias veiculadas pela CS, a iniciativa da contratação deste estudo partiu do CA do Metro de Lisboa, que considerou essencial efetuar esta análise agregada, na medida em que, embora existisse informação sobre cada uma das operações individualmente consideradas, não existia informação sobre o comportamento do portfólio no seu todo, nem análises de sensibilidade do impacto de movimentos dos indexantes sobre esse conjunto de posições.

O estudo em causa foi desenvolvido a partir de setembro de 2010, tendo para o efeito sido ponderadas, na altura, duas alternativas de contratação, a saber: a Morgan Stanley e a Stormharbour. Como é público, a escolha recaiu sobre a primeira.

É em sequência da conclusão deste levantamento, que se realiza uma reunião no Ministério das Finanças, em novembro de 2010, a nosso pedido, onde é apresentado pela Morgan Stanley o trabalho desenvolvido, e onde se preconiza uma estratégia de atuação adequada à gestão da carteira de derivados do ML. Suscitava-se, nesse documento, o interesse de um maior envolvimento do MF, em particular do IGCP, no acompanhamento e apoio à Empresa nesta matéria.

Em termos gerais, essa estratégia passava pela adoção, sempre que possível, de uma política conservadora de redução de risco, de minimização dos encargos estimados e de redução de exposição a indexantes não diretamente relacionados com o passivo remunerado da empresa ou índices proprietários das contrapartes, a qual, dada a sua adequação à situação em presença não teve reparos por parte do MF.

Foi, pois, essa a orientação estratégica seguida pelo CA do ML relativamente a este tipo de instrumentos, tanto mais que lhe era muito difícil avançar de forma mais incisiva, dada a sua crescente fragilidade negocial.

Passo, de seguida, a uma descrição mais detalhada da nossa atuação.

No final de 2010 e especialmente ao longo do primeiro trimestre de 2011, a empresa foi alvo de diversos cortes do seu rating, que considerámos desajustados e agressivos, facto que deu a um conjunto significativo dos bancos contraparte destas operações os fundamentos contratuais para exigirem *a early termination* das suas posições. Isto sucedeu precisamente numa altura em que o ML não dispunha de recursos financeiros próprios ou do apoio do Orçamento do Estado para fazer face a essas responsabilidades acrescidas.

Os Cortes de Rating efectuados pela S&P ao ML foram os seguintes:

3/12/2010 de BBB+ para BBB (Watch Neg);

4/3/2011 de BBB para BB “Non-Investment Grade”(Watch Neg);

31/3/2011 de BB para B+ (Watch Neg).

Foi neste enquadramento extremamente complexo e de evolução crescentemente restritiva, que o ML acedeu a **reestruturar/substituir** algumas operações, sempre após avaliação do impacto financeiro estimado das mesmas e à luz dos vetores de atuação acima identificados - **redução do risco / aumento da transparência / minimização do impacto sobre a tesouraria da empresa.**

Todas as operações de reestruturação/substituição concretizadas diziam respeito a operações pré-existentes, que já acumulavam, à data da reestruturação, um MtM negativo apreciável, e foram objeto de avaliação positiva sobre a sua adequação aos objetivos traçados por parte do Consultor externo IMF e do parecer interno favorável da Área Financeira da empresa.

Em termos gerais foram efetuadas as seguintes tipologias de operações:

- **2 Operações de cessão da posição contratual** na sequência de execução de uma early termination option pela contraparte, – onde foi possível alcançar uma redução significativa do respectivo risco;
- **10 Operações de reestruturação**, também com diminuição de risco, uma delas já terminada;
- **1 Operação de renovação**, de forma a evitar o pagamento antecipado do justo valor à contraparte, iniciativa desenvolvida em articulação estreita com o IGCP.

Como conclusões mais relevantes sobre o que venho referindo, destacarei:

- O trabalho desenvolvido pelo CA que integrámos, caracterizou-se por implementar políticas de defesa intransigente do Serviço Público de

Transporte, de forma consistente, rigorosa e tecnicamente sustentada, das quais a gestão financeira não foi mais do que uma das suas componentes;

- Esta Gestão permitiu alcançar resultados dignos de referência, nas vertentes de nossa competência e que dominávamos, facto evidenciado pelos resultados de 2011, sendo certo que os referentes a 2012 são ainda mais positivos em algumas vertentes.

Os resultados de 2011 mais relevantes, que evidenciarei, são:

- **Aumento das receitas** específicas do serviço comercial em cerca de 6,8%, bem como dos rendimentos operacionais da empresa em 18,7%;
- **Redução dos gastos** operacionais em cerca de 3,9 milhões de euros, que crescem à redução de 15,6 milhões de euros, obtida em 2010;
- **Superação da meta** estabelecida pelo Governo **de redução em 2011 dos gastos operacionais em 15%**, quando comparados com o ano de 2009 (bases comparáveis);
- **Melhoria do comportamento da vertente operacional**, que registou uma variação positiva de 26,4%, o equivalente a 25,3 milhões de euros;
- **Melhoria do nosso indicador vendas/efetivo** em cerca de 8%;
- **Aumento da taxa de cobertura dos gastos operacionais globais pelos rendimentos** em mais de 11,4%, que evoluiu para 65,8%, que teve, igualmente, evolução também muito positiva no ano de 2012;
- **O VAB apresentou uma evolução 39,4%**, situando-se nos 77,7 milhões de euros;
- **O EBITDA ajustado evoluiu de forma positiva**, para +4,6 milhões de euros, pela 1ª vez na história recente da empresa, estimando-se que em 2012 se alcançasse um valor perto dos 30 milhões de euros.

No que concerne à carteira de IGRF's e como conclusão geral, reafirmo aquilo que já foi dito: **Este Conselho de Administração não efetuou qualquer contratação de novas operações**. Deparámo-nos, no entanto, produto das circunstâncias e contexto que os nossos antecessores terão explicado a V. Exas.,

com uma carteira complexa e com um significativo nível de risco embutido nos contratos já existentes sobre a qual:

- Foi efetuada uma **caracterização sistemática de cada uma das operações e do seu comportamento enquanto conjunto**, a qual foi objeto de exposição às tutelas;
- Foram **adotadas e implementadas pelo CA diretrizes de atuação no sentido da redução do risco**, nomeadamente através da saída de operações sobre indexantes não diretamente relacionados com a dívida da empresa, ou de índices proprietários;
- Mesmo num quadro negocial progressivamente mais difícil, e marcado pelo direito das contrapartes ao exercício das opções de “early termination” das operações, **foi possível implementar esta estratégia, de forma controlada**;
- Foi sempre **assegurada a transmissão da informação periódica exigida sobre a matéria pelo MF e todo o detalhe dos IGRF’s ativos na empresa consta, de forma explícita e discriminada, nos R&C do Metro de Lisboa**, evidenciando de forma totalmente transparente a respectiva realidade objetiva.

Por tudo o que fizemos e que está formalmente evidenciado de forma documental, estamos profundamente convencidos que **o nosso Conselho de Administração agiu com o rigor, o profissionalismo, o zelo e a diligência que lhe competia na salvaguarda do interesse e dos dinheiros públicos, pelo que rejeitamos liminarmente qualquer conclusão em contrário.**

Por tudo o que atrás enunciámos, acredito firmemente que também V. Exas. não deixarão de partilhar desta nossa convicção.

